

311, de 13 de novembro de 1945, sendo prefeito municipal o Dr. Joaquim de Castro Tibiriçá. O busto, na Praça Imprensa Fluminense, bem em frente ao local onde se situava sua casa, na rua General Osório quase esquina com Júlio Mesquita, onde se ergue hoje um edifício de apartamentos. Com as obras de urbanização para a construção do Centro de Convivência, seu busto foi ligeiramente deslocado alguns metros do primitivo local. ONM\*

\*

\* \*

### TRANSCRIÇÃO

## ASPECTOS DA SIDERURGIA E DA MINERAÇÃO NO BRASIL ATRAVÉS DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Marcos Carneiro de Mendonça

Quando na sessão de 18 de agosto de 1838, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa propuseram a criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, filial da mesma sociedade, a situação social da humanidade em relação à indústria era bem diferente da do fim do século XIX, e talvez não contassem eles com a perpetuidade de sua iniciativa.

A idéia luminosa de Cunha de Matos e de Cunha Barbosa teve, entretanto, o acolhimento que merecia, pois a 21 de outubro de 1838 alcançava a devida consagração, fundando-se o douto e benemérito Instituto.

Justificando essa bela criação, diziam eles que sendo inegável que “as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza dos seus alicerces”, e são, também, “de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente àqueles que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros”.

Tem sido essa a tarefa do Instituto, confirmada pela tradição e constatada através dos escritos de sua Revista.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como quase todas as obras valiosas ideadas no Brasil naquele tempo, teve, ao nascer, a co-participação de brasileiros e portugueses. Raimundo José da Cunha Matos nasceu em Faro, Portugal, e consagrou toda a sua existência ao Brasil e à terra natal. Januário da Cunha Barbosa nasceu no Brasil, filho de pai português, aqui estudou, lá se aperfeiçoou e aqui trabalhou. José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente do Instituto, nasceu em Santos, formou-se em Coimbra, trabalhou em Portugal e aqui aportou em dezembro de 1801, despachado Juiz das Alfândegas do Rio Grande e de Santa Catarina, e encarregado de sua criação. Tal como esses, poder-se-ia citar a maioria dos vultos intelectuais da Inconfidência Mineira; poder-se-ia citar Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá ( o Intendente Câmara ), os irmãos Andradas, Antônio Paulino Limpo de Abreu ( Visconde de Abaeté ), José da Silva Lisboa ( Visconde de Cairu ), o Almirante Barroso. Para que citar mais ?

Se nos dispuséssemos a analisar a influência que esse punhado de homens teve sobre os destinos da pátria brasileira teríamos assuntos para muitos anos.

Com os inconfidentes, revolveríamos aquelas páginas vibrantes de idealismo e de rebeldia. Manoel Ferreira da Câmara levar-nos-ia à Universidade de Coimbra, à Real Academia das Ciências de Lisboa, às velhas universidades da Europa, às minas novas do Brasil, ao Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil, à nossa Constituinte de 1823 e ao primeiro, velho e nobre Senado do Império. Com os irmãos Andradas pensaríamos em tudo isso e mais em Pernambuco de 1817, na Constituinte de Lisboa, na nossa Independência, na abdicação de D. Pedro I, na Regência e, finalmente, na maioria de D. Pedro II. Com o Visconde de Abaeté, além de muitas outras coisas, teríamos treze anos de presidência do Conselho de Ministros do Império, as lutas contra Rosas e a questão do tráfico de escravos que culminou com a sua nota memorável respondendo altivamente à nota Aberdeen. A vida do Visconde de Cairu está para sempre ligada ao decreto abrindo os portos do Brasil ao comércio internacional, e a do Almirante Barroso, presa ao maior feito naval da América do Sul: a batalha de Riachuelo.

Lançando um olhar sobre o panorama retrospectivo que nos oferecem a História e a Geografia do Brasil, através das páginas da **Revista do Instituto**, deparamos logo com a plêiade brilhante de sábios e de viajantes estrangeiros que aqui aportaram para, por múltiplas formas, trazer-nos úteis ensina-

mentos e para levar aos demais países da Europa e da América preciosas notícias sobre nosso povo e nossa terra.

Spix e Martius, Saint-Hilaire, Eschwege, John Mawe, Varhagen, Monlevade, Debret, Taunay, são nomes que jamais se afastarão do pensamento brasileiro.

Se se quisesse estender a relação dos vultos que, por notável saber, marcaram com sulco profundo a sua presença em terras do Brasil, extensíssima seria essa relação.

É com verdadeiro orgulho que verificamos a possibilidade de antepor a esses valores outros valores que, aqui nascidos, firmaram nesse memorável período de nossa evolução histórica e geográfica marcos indeléveis de cultura e de trabalho. Alexandre Rodrigues Ferreira, Francisco José de Lacerda e Almeida, Antônio Pires da Silva Pontes ( Leme ), Ricardo Franco de Almeida Serra, Frei Mariano da Conceição Veloso, Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Vieira Couto, Vicente Coelho de Seabra, Irineu Evangelista de Sousa ( Mauá ), são, como aqueles, nomes que jamais se poderão extinguir da memória dos brasileiros.

Tendo o Instituto Histórico nascido em um grêmio de caráter industrial, destacaremos dos grupos acima mencionados os nomes daqueles que mais eficazmente concorreram para os surtos de desenvolvimento industrial e econômico verificados no Brasil nos períodos de sua formação e da nação independente.

As explorações das riquezas auríferas e diamantíferas do Brasil tiveram a sua melhor fase quando essas riquezas se encontravam de forma a não exigir dos pesquisadores, senão o trabalho insano de catá-las nos terrenos chamados de aluvião, existentes em abundância nas margens dos nossos rios ricos de ouro e de diamantes. A esse tempo, essas penosas mas compensadoras explorações não obedeciam a nenhum critério científico ou econômico. Rios de riqueza rara, eram errada e criminosamente explorados das nascentes para a foz, esquecendo-se os seus exploradores de que, com semelhante barbidade sepultavam, talvez para sempre, nos escombros que despejavam águas abaixo, riquezas extraordinárias.

Passado esse período e esgotadas as lavras de fácil exploração, veio o período de grandes sacrifícios e de não menores decepções para os trabalhadores e habitantes das zonas mineiras.

Outra e bem diferente era a capacidade que dos homens se exigia para poderem prosseguir na faina ingrata da mineração. Já a natureza se mostrava não menos pródiga, mas seguramente bem mais exigente. Os serviços de exploração já deviam obedecer a um critério científico de trabalho, subordinado aos sistemas mais modernos e avançados do velho continente europeu.

À medida que diminuían os resultados do trabalho dos mineiros nas pesquisas das lavras, iam aumentando as exigências do fisco e concomitantemente as perseguições dos seus representantes aos pobres, incapazes e improvisados mineradores. Fartos de tantas perseguições começaram eles a se revoltar.

Impunha-se a remodelação do sistema de trabalho. Tornara-se imprescindível a presença nas minas de quem fosse capaz de conduzir, convenientemente, a sua exploração. Providências foram tomadas nesse sentido pelo governo português.

Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá e José Bonifácio de Andrada e Silva, jovens e talentosos brasileiros recém-formados pela Universidade de Coimbra, foram destacados para cumprir semelhante tarefa. Prepararam-se para isso, percorrendo durante quase dez anos consecutivos os principais centros científicos e industriais da Europa. Quando voltaram, já não mais pode haver dúvida de se terem constituído, um e outro, as colunas mestras do Brasil e de Portugal, nas quais se apoiou o novo surto industrial mineiro, daquela época.

Nesse particular, a vida do futuro Intendente Câmara é preciosa para o Brasil. Atendendo às manifestações inequívocas do seu profundo interesse pela terra brasileira, destacou-o o governo de Lisboa para superintender os trabalhos das suas minas. No Distrito Diamantino agigantou-se a sua já acatada personalidade. Para valorizar o esforço do mineiro e aumentar-lhe a capacidade de produção deu-lhe o que ainda não tivera, deu-lhe para trabalhar: guindastes, bombas, carrinhos de mão, sarilhos, planos inclinados, automotores, deu-lhe pólvora em abundância, ferro barato e em quantidade, racionalizou os serviços, agrupando os homens e montando os primeiros grandes depósitos que aqui se fizeram de reserva de gêneros e de materiais. Deu-lhe tudo isso, e além disso conforto moral e material. Só assim conseguiria o milagre de arrancar do já considerado esgotado Distrito Diamantino, milhares de contos em diamantes maravilhosos.

Câmara Bethencourt tinha em si todas as características dos grandes condutores de homens para o trabalho. Encontramo-lo sempre inclinado

às iniciativas nobres, úteis e proveitosas. Foi graças ao seu trabalho hercúleo, coadjuvado por uma plêiade escolhida de brasileiros que agiam sob a sua exclusiva orientação, conjugado com os esforços de D. Francisco de Assis Mascarenhas, do Barão de Eschwege e de outros mais, que o Brasil teve para uso de seus trabalhos nas zonas de mineração e nos seus arsenais, todo o ferro necessário aos seus serviços, por preços muitíssimos inferiores aos que vigoravam quando Câmara assumiu a importantíssima função de Intendente-Geral das Minas e dos Diamantes do Distrito Diamantino.

Esse ferro era fabricado na Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, por ele construída, na Fábrica “Patriótica”, montada por Eschwege por iniciativa do então governador da Capitania das Minas Gerais, D. Francisco de Assis Mascarenhas, e por vários outros pequenos proprietários de forjas existentes na mesma capitania. Nesse período, constatou-se uma baixa de 8 para 2\$ 000 no preço de custo da arroba de ferro empregado nas minas e nos arsenais do reino.

D. Francisco de Assis Mascarenhas sendo transferido para governar a Capitania de São Paulo, passou a ser ali o principal animador dos trabalhos de produção de ferro na fábrica do Ipanema, onde o Capitão de engenheiros Frederico Luís Guilherme Varnhagen, com os esforços nela empregados, fez jus a ser colocado entre os que, no Brasil, mais se distinguiram nesse campo da atividade humana.

Mais tarde, constata-se a iniciativa de Monlevade, criando nas margens do rio Piracicaba uma usina que tomou o seu nome, e, no período conhecido por “tempo do encilhamento”, encontramos os primórdios da nova era da siderurgia nacional, com os altos fornos ainda hoje existentes na tradicional Usina Esperança, que fazia parte do grupo industrial da antiga Companhia de Forjas e Estaleiros, e na Usina de Burnier, ambos construídos pelo engenheiro suíço Gerspacher, cujo túmulo se encontra no pequeno cemitério de Esperança.

Durante muitos anos permaneceram inativos esses altos fornos, até que, no fim do século XIX, em Esperança, o engenheiro José Joaquim de Queiroz Júnior, retomando os serviços daquela usina com especial bravura e grande ardor patriótico, firmou as bases definitivas do futuro grande surto siderúrgico do Brasil, coluna mestra do maior parque industrial da América do Sul e garantia indispensável à perene integridade do nosso território.

( De uma comunicação apresentada ao III Congresso de História Nacional, em 1 938 e publicada no vol. IV dos respectivos Anais, págs. 368 a 374. Rio de Janeiro, 1 941. )